

A Política Externa em Revista:

o Governo Lula da Silva nas Páginas da Carta Capital e da Veja
Tiago Pedro Vales
Raphael Camargo Lima
Rafael Augusto Ribeiro de Almeida

Como citar: VALES, T. P.; LIMA, R. C.; ALMEIDA, R. A. R. D. A Política Externa em Revista: o Governo Lula da Silva nas Páginas da Carta Capital e da Veja. *In*: THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.169-210. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p169-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 7
A POLÍTICA EXTERNA EM REVISTA:
O GOVERNO LULA DA SILVA NAS PÁGINAS
DA CARTA CAPITAL E DA VEJA

Tiago Pedro Vales
Raphael Camargo Lima
Rafael Augusto Ribeiro de Almeida

1 INTRODUÇÃO

As notícias produzidas pela imprensa são importantes fontes para o estudo da atuação exterior do Brasil. Algumas iniciativas, como os informes semanais e mensais do Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB), procuram selecionar e divulgar para o público interessado uma síntese dos assuntos e das posições de uma parte significativa da imprensa escrita do país.¹ Porém, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos (JESUS, 2009; CASARÕES, 2012) que procuram analisar de maneira sistematizada as posições que os meios de comunicação transmitem para a opinião pública sobre a política externa brasileira.

Diante disso, o presente trabalho busca contribuir para estas discussões através da investigação da postura que as Revistas *Carta Capital* e

¹Para saber mais sobre o OPEB, iniciativa com a contribuição dos autores deste trabalho, consultar Pádua e Mathias (2010) e acessar o site do Grupo de Estudos de Segurança Internacional (GEDES): <www.unesp.br/gedes>. Acesso em: 12 dez. 2013.

Veja assumem em relação a política exterior do país no ano inicial de cada mandato de Lula da Silva. Mais especificamente, procuramos averiguar (1) as posições que estas revistas defendem nos diversos temas externos que envolvem o país, (2) os temas que são priorizados pelas revistas e (3) a suas respectivas opiniões sobre o processo de formulação e implementação da política externa. Além disso, (4) buscaremos destacar as proximidades e diferenças de posturas entre as duas revistas.

Vale ressaltar que a contraposição de duas revistas que representam grupos internos distintos amplia a nossa compreensão sobre a pluralidade de interesses, no âmbito internacional, dos atores domésticos. Ademais, esclarece quais setores foram mais atendidos pela agenda externa de Lula da Silva. Com isso, além da posição de importantes fontes de pesquisa e de formadores de opinião se tornarem mais nítidas, a compreensão da política externa brasileira é ampliada.

Nossa análise empírica circunscreve-se ao ano inicial de cada governo de Lula da Silva, ou seja, aos anos de 2003 e 2007. Deste modo, procuramos cobrir, em grande medida, as posições da *Carta Capital* e da *Veja* referentes ao primeiro mandato de Lula da Silva. Esta opção, por selecionar somente estes dois anos iniciais, se respalda em alguns aspectos. Em primeiro lugar, como é sabido, o primeiro ano de mandato, especialmente no ano de 2003, é marcado por transições importantes na condução de todas as esferas do poder político. Assim, em tal período, as expectativas dos periódicos e suas linhas editoriais aparecem de forma mais evidente em relação ao governo que se instala.

Além disso, no ano de 2007 este movimento das revistas vem acompanhado de suas visões sobre os anos anteriores do governo Lula da Silva. Ou seja, estes dois anos nos fornecem informações relativas a dois momentos distintos, mas relacionados. Enquanto o ano de 2003, no qual as principais linhas da política externa foram traçadas, nos indica as posições dos periódicos em relação ao início das estratégias externas do governo. O ano de 2007, nos aponta a postura das revistas sobre estratégias já realizadas no mandato anterior.

Em segundo lugar, grande parte dos temas destacados pela literatura de política externa brasileira são tratados, como será apresentado,

de maneira intensa nestes anos. Em terceiro lugar, ao longo do trabalho também será contextualizado o intervalo que separa estes dois anos, assim, veremos que as principais ações externas deste intervalo são debatidas em 2007. Deste modo, acreditamos que o destaque destes dois anos, apesar da possíveis lacunas, nos garante dados suficientes para traçarmos as principais posições das revistas investigadas em relações as linhas gerais do primeiro governo de Lula da Silva.

Cabe ressaltar que os dados que foram selecionados para a análise se referem aos editoriais e reportagens assinadas pelo expediente de cada revista. Afinal, ambos de maneira diversa, expressam a concepção da revista sobre as temáticas tratadas. Os textos assinados pelos colunistas e convidados não foram considerados por este trabalho.

A análise realizada nos permitiu concluir que o perfil editorial das revistas tratadas se reflete em suas posições sobre a política externa brasileira, porém com algumas particularidades. As revistas diferem quanto as prioridades: enquanto a *Veja* realça a importância de um alinhamento aos Estados Unidos, confere algum espaço ao multilateralismo e pouca importância as relações regionais; a *Carta Capital*, destaca as relações com os países da América do Sul, chama a atenção para a atuação brasileira na OMC e apoia um relacionamento com os EUA em outras bases.

Porém, as mesmas revistas convergem, pois destacam aspectos econômicos e comerciais da política externa e apresentam uma visão pessimista em relação ao aprofundamento da integração regional. É interessante também observar que as revistas, com razoável frequência, se posicionam em relação a condução da agenda internacional do Brasil pelo Ministério das Relações Exteriores.

Este trabalho está dividido em cinco partes, além desta introdução. Na primeira parte, iremos discutir alguns elementos da política externa brasileira e das revistas tratadas que serão importantes para a compreensão do restante do trabalho. Na segunda parte, analisaremos a postura da *Carta Capital* e da *Veja* sobre o ano de 2003. Na terceira parte, faremos uma breve contextualização dos anos de 2004 a 2006, destacando aspectos importantes para o entendimento das posições das revistas em 2007. Após esta contextualização, entraremos na quarta parte, com as posições das re-

vistas em 2007. Por fim, teceremos algumas considerações sintetizando o trabalho realizado.

2 A CARTA CAPITAL, A VEJA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A mídia² tem uma importante influência sobre a sociedade contemporânea sendo considerada por alguns autores como uma espécie de arena política (THUNE, 2009). A recente emergência de novas mídias, como a internet, as redes sociais, os portais e fóruns em plataforma virtual, facilitaram o acesso e o debate entre os cidadãos sobre os variados assuntos que afetam suas vidas. Constatando isso, autores como Lévy (2003) argumentam que as questões do âmbito político devem necessariamente, conforme o aumento da acessibilidade, considerar estes meios de comunicação como um elemento central nas decisões governamentais.

Apesar da crescente importância destas novas mídias, não podemos desconsiderar a tradicional imprensa escrita como um importante objeto de estudo. Afinal, como aponta Azevedo (2006, p. 90), a mídia impressa ainda possui “[...] grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral”, sendo direcionada, principalmente, para os formadores de opinião. Assim, ao se voltar para as elites políticas, revistas semanais, como a *Carta Capital* e a *Veja*, não visam somente reproduzir acontecimentos, mas desempenhar um papel ativo nas modificações políticas e sociais do Brasil (CRAIG, 2004; AZEVEDO, 2006; JESUS, 2009).

O papel da imprensa na formação da opinião pública e na condução da agenda política tem sido explorado por parte da literatura acadêmica. Na mesma linha apontada por Azevedo (2006), um dos trabalhos mais destacados, conhecido por Efeito CNN,³ argumenta que a mídia com a sua velocidade e extensão é um fator importante que afeta as expectativas

² Por mídia, para este trabalho, entendem-se todos os meios de comunicação social de massa. Apesar de focarmos no papel da imprensa escrita (revistas semanais), entre os componentes do setor midiático também se encontram a internet, as redes de televisão, rádios e cinemas, ou seja, meios virtuais ou físicos que possibilitam a transmissão de mensagens que convergem ou não várias formas de discursos, como imagens e textos.

³ CNN refere-se à *Cable News Network*, um canal de televisão dos Estados Unidos que transmite notícias 24 horas por dia. A referida teoria foi batizada com o nome do canal somente por ser este o pioneiro neste tipo de cobertura jornalística, no entanto, é aplicável a todos os tipos de mídia que realizam atividades semelhantes.

políticas das sociedades democráticas e, assim, apresenta uma grande capacidade de influir na agenda e na condução das políticas públicas, inclusive nas questões de política externa (LIVINGSTON, 1997; CATE, 2002; GILBOA, 2005).

Esta capacidade de influenciar o debate político se relaciona, entre outros fatores, com acesso privilegiado às fontes de informações relevantes, à credibilidade perante os leitores e ao interesse do público em discutir os assuntos expostos. Assim, a imprensa sensibiliza a opinião pública que, uma vez mobilizada, pode afetar as ações do governo (MILLER, 2010). Revistas como a *Carta Capital* e a *Veja*, optam por uma abordagem mais voltada para a política e economia em um jornalismo mais opinativo que acaba por induzir os temas a serem debatidos. Com isso, estas revistas conseguem, em certa medida, influenciar a pauta da agenda política através, entre outras medidas, da difusão de suas visões sobre a política interna e externa implementada pelo governo brasileiro.

Porém, antes de buscarmos uma compreensão melhor das posições difundidas pelas duas revistas sobre a agenda exterior do Brasil, é importante sintetizar tanto os dois perfis editoriais gerais como também apontar alguns aspectos centrais da política externa brasileira. Através disso, o posicionamento dos dois periódicos sobre a arena externa será mais facilmente compreendido e contextualizado.

2.1 PERFIL EDITORIAL DAS REVISTAS ANALISADAS

Como é de amplo conhecimento, as revistas *Carta Capital* e *Veja* possuem um perfil editorial geral distinto. A revista *Veja*, fundada em 1968, é publicada pela editora Abril (1950), está inserida em um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, o Grupo Abril, e é a revista de maior circulação no país,⁴ devido a isso, este periódico é um representante da denominada grande mídia. O nascimento desse grupo de comunicação, em 1950, ocorreu no contexto em que as empresas transnacionais e o capital estrangeiro começaram a penetrar com mais intensidade na imprensa brasileira. Neste contexto, a revista *Veja* surgiu com grande influência do jornalismo liberal

⁴A circulação média da *Veja*, em 2012, foi de 1.072.222 revistas. Ver: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

empresarial dos EUA. Assim, o perfil liberal da revista remete à fundação do Grupo Abril e ganha maior projeção no final dos anos 1980, quando a *Veja* passa a defender o neoliberalismo (SILVA, 2005). Como aponta Silva (2005, p. 625), “[...] sua posição sempre se manteve coerente com o projeto neoliberal”, mesmo quando o periódico apresentava certa diminuição de suas críticas às ideias propagadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 2000, no qual a revista indicava um “Lula Light” (A quarta tentativa, *Veja*, 04/07/2001). Este explícito perfil liberal, não é acompanhado por um posicionamento formal de apoio a partidos políticos que apresentam convergências aos ideais liberais da *Veja* (SILVA, 2005). Apesar disso, a maneira como a revista divulga e debate os variados temas que envolvem políticos brasileiros demonstram suas preferências.

Ao contrário da *Veja*, a *Carta Capital* formaliza seu apoio às candidaturas de Lula da Silva, em 2002 e 2006. Nas eleições de 2002, a revista afirmou que manda “Às favas a tradição verde-amarela e declara sua escolha pela candidatura Lula. [...] Ele representa a chance de mudar a política econômica que nos conduziu ao desastre. [E] Tem autoridade para gerir tensões sociais crescentes [...]” (Carta Capital escolhe Lula, *Carta Capital*, 02/10/2002). Em 2006, mesmo criticando a submissão aos “dogmas neoliberais” (Por que Lula, segundo capítulo, *Carta Capital*, 11/10/2006), as desigualdades sociais e o baixo crescimento, a *Carta Capital* defendeu que “[...] Lula é, nas circunstâncias, o mais qualificado mediador entre a minoria abastada, ou quase, e a maioria estacionada entre a pobreza e a miséria absoluta.” (Por que Lula, segundo capítulo, *Carta Capital*, 11/10/2006). Nesta mesma linha, é uma característica desta revista a procura por explicar mais detalhadamente sua opinião quando o tema tratado ganha grande repercussão. Tal característica, pode ser vista na sua atenção em detalhar a visão que possui sobre o presidente venezuelano, Hugo Chávez (Chávez, para nós e para os outros, *Carta Capital*, 12/12/2007). Ademais, o periódico, com certa frequência, procura discutir o papel da imprensa na sociedade brasileira.

Este perfil da *Carta Capital* deve se relacionar tanto ao histórico da carreira de seu fundador como também ao momento de criação da revista. Em primeiro lugar, Mino Carta é um experiente jornalista tendo contribuído para a criação, entre outras, das revistas semanais *Veja* e *Isto*

É.⁵ Assim, possui grande conhecimento sobre os interesses dos leitores e da indústria editorial brasileira. Ademais, por sua formação, muito próxima à social democracia, bem como por sua experiência pioneira na grande imprensa brasileira, Carta sempre defendeu a livre expressão e o pluralismo que deve pautar a imprensa, sendo um ferrenho crítico da concentração dos meios de comunicação em poucas mãos e defensor da regulação pública da mídia.

Em segundo lugar, a *Carta Capital* surgiu em 1994, no contexto da implantação do Plano Real e da consolidação de uma política neoliberal conduzida pelo governo de Cardoso. Sob este pano de fundo, a revista se insere na nova geração da mídia alternativa (FIORUCCI, 2011), ou seja, apresenta uma visão geral crítica ao neoliberalismo, às desigualdades sociais e aos grandes grupos de comunicação. Contando, com os trabalhos da modesta editora Confiança⁶ e com uma tiragem de exemplares pequena em relação à *Veja*,⁷ o periódico enfrentou dificuldades até se tornar uma publicação semanal em 2001.⁸

A *Carta Capital*, nas palavras de seu fundador, representa uma “esquerda difusa” e não tem obrigação de alinhamento com os partidos de esquerda.⁹ Esta declaração procura marcar a posição contrária desta revista em relação a política econômica liberal conduzida pelo governo de Lula da Silva. O periódico também confere grande espaço para empresários brasileiros tidos como gestores de excelência e capazes de auxiliarem o desenvolvimento do país, mas que são prejudicados pela condução da política econômica. Ao tratar da carreira de Jorge Gerdau, por exemplo, a revista afirmou que “Para quem conhece o estilo Gerdau de administrar, é realmente tentador imaginá-lo a frente de um ministério ou no Congresso.” (No front do crescimento, *Carta Capital*, 11/07/2007). Este espaço dado aos empresários nacionais, como afirma Fiorucci (2011), se relaciona à dependência do mercado e do envolvimento empresarial para a manutenção desta nova imprensa alterna-

⁵ A saída de Mino Carta da *Veja* se deu por pressões dos militares e representou um melhor convívio entre esta revista e a ditadura militar no Brasil. Para mais detalhes ver Silva (2005) e Fiorucci (2011).

⁶ Até 2001 a revista era publicada pelo editorial Carta.

⁷ A circulação média da *Carta Capital*, em 2012, foi de 28.935 revistas enquanto a *Veja* circulou 1.072.222 revistas no mesmo período. Ver: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

⁸ A *Carta Capital* foi mensal até 1996, e desde esta data até 2001, quinzenal.

⁹ Declaração de Mino Carta feita em entrevista concedida à revista *Caros Amigos*, edição n. 105, dez. 2005.

tiva. Assim, além de um perfil editorial distinto, é importante lembrar que enquanto a *Carta Capital* se insere na mídia alternativa, a *Veja* é parte da chamada grande mídia, ou seja, estas revistas estão localizadas em estratos diferentes dentro a indústria editorial brasileira.

2.2 ALGUNS ELEMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA DE LULA DA SILVA

As revistas semanais analisadas expressam suas posições, como será visto, sobre assuntos considerados pela literatura especializada como relevantes para o entendimento da política externa brasileira. Ou seja, a *Carta Capital* e a *Veja*, além de tratarem de aspectos relacionados à política internacional, acompanharam com relativa assiduidade a agenda exterior de Lula da Silva conferindo aos seus leitores um panorama das principais linhas de ação externa do país. Deste modo, cabe uma rápida contextualização de alguns eixos da política exterior do Brasil antes de nos debruçarmos sobre os posicionamentos específicos de cada revista.

As relações com os EUA são um parâmetro importante para a reflexão sobre a política externa brasileira. As revistas *Carta Capital* e *Veja* auxiliam na compreensão destas relações, pois tratam com certa frequência e sobre diferentes perspectivas tanto das ações internacionais dos EUA como das relações Brasil-EUA. Além disso, observamos que mesmo quando as revistas discutem o diálogo do Brasil com os países em desenvolvimento e sua atuação em órgãos internacionais, a preocupação com os Estados Unidos ainda se mantém presente sendo um pano de fundo que perpassa as diversas análises das duas revistas em 2003 e 2007.

É importante lembrar que os presidentes Lula da Silva e George Bush tiveram encontros frequentes que se iniciaram já em dezembro de 2002. O compromisso, do então candidato a presidência brasileira, de honrar os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) expresso em sua “Carta ao Povo Brasileiro”, reduziram os receios dos norte-americanos em relação aos rumos que o novo dirigente daria ao Brasil. Porém, a aparição internacional do então presidente em Davos, no Fórum Econômico Mundial, precedida pela presença em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, sintetizou os caminhos que o país trilharia sobre seu comando. Segundo Lula da Silva, o seu governo teria “[...] a disposição de realizar reformas econômicas,

sociais e políticas muito profundas, respeitando contratos e assegurando o equilíbrio econômico.” (BRASIL, Discurso..., 26/01/2003).

Se esta diretriz do governo leva em consideração os EUA, também não podemos esquecer que, em boa parte do primeiro mandato de Lula da Silva, a política externa atentou-se grandemente para três tabuleiros de negociação (THORSTENSEN, 2001) – as tratativas Mercosul-UE, a Alca, e a Rodada Doha, que apresentam profundo entrelaçamento. Nestes três tabuleiros, que foram iniciados ainda nos governos de Cardoso, a postura brasileira em relação às propostas dos EUA, possui importância para o encaminhamento das negociações. As tratativas com a União Europeia serviam de contrapeso às pressões dos norte-americanos nas discussões da Alca. Além disso, havia certa expectativa dos diplomatas brasileiros que um acordo com os europeus reduzissem os custos do país em relação ao Mercosul. Ou seja, ao mesmo tempo em que estas tratativas aumentariam a capacidade negociadora na Alca também, facilitariam o escoamento dos produtos dos parceiros do Mercosul reduzindo, assim, as demandas dos membros menores do bloco em torno de maiores concessões do Brasil (VIGEVANI; MARIANO, 2005).

Desde o início das negociações, em 1994,¹⁰ o Brasil possuía uma posição reticente em relação ao avanço de uma Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) devido às dúvidas em torno dos ganhos e perdas que esta proposta dos EUA gerariam em uma sociedade brasileira que apresentava divergências quanto ao encaminhamento das medidas neoliberais adotadas pelo governo. Para sustentar esta postura de prolongamento das tratativas, o país procurou fortalecer o Mercosul, como uma união aduaneira, para aumentar a sua capacidade negociadora através da coesão do bloco. Além disso, o Brasil indicava a falta de uma proposta mais estruturada por parte dos Estados Unidos para justificar seu baixo ímpeto (MELLO, 2002; VIGEVANI; MARIANO, 2005).

Com o desenrolar das negociações, em 1997, o governo brasileiro passa a adotar uma posição, gradativamente, mais incisiva, cujo ápice está na proposta brasileira de uma Alca *Light*, em 2003. Antes disto, o governo Cardoso apoia a adoção do princípio *single undertaking*, no qual se garante

¹⁰ O início das tratativas ocorreu na 1ª Cúpula das Américas, realizada em Miami.

que o acordo não pode ser fechado gradativamente, mas somente após todas as discordâncias nos variados temas terem sido resolvidas. Ademais, os diplomatas de Cardoso destacaram que as negociações hemisféricas deveriam ser compatíveis com as normas discutidas na Rodada Doha.

Assim, na Reunião Ministerial de Miami de 2003, a diplomacia de Lula da Silva formalizou a proposta conhecida por Alca *Light*, que Vigevani e Mariano (2004) sintetizam como um “acordo geral minimalista, composto por um conjunto de direitos e obrigações comuns aplicáveis a todos os países, e a possibilidade de acordos bilaterais ou plurilaterais que contenham obrigações e benefícios adicionais”. Ou seja, o Brasil propunha um acordo em dois níveis: no primeiro nível, haveria um entendimento mínimo comum, e no segundo nível, acordos específicos entre os países do continente interessados em aprofundar laços entre si. Esta foi a última proposição relevante do país para a Alca antes de sua paralisação, em 2005, e indicou uma saída para a reticência do Brasil, verificada desde o governo Cardoso, mostrou ao mesmo tempo uma disposição brasileira de negociar a Alca e também a subordinação que este tabuleiro teria em uma estratégia que priorizará a arena multilateral da OMC.

Como afirma Mello (2012, p. 169), “No Brasil, a aposta no multilateralismo refletiu o objetivo permanente de participar do processo de elaboração das normas da governança global, mas também incorporou a nova disposição do país a um maior protagonismo internacional.” Ou seja, a política externa de Lula da Silva, além de manter a busca histórica do país por influir nas readequações das regras internacionais, adicionou uma característica mais ativa de atuação, em contraste com o caráter reativo de outros tempos, através de diversos arranjos como o Ibas, o Brics e o Basic¹¹. Ademais, o país procurou desempenhar um papel de mediador, como foi visto na questão iraniana, e modificou sua postura tradicional em relação a presença em missões de paz impositivas, como no caso do Haiti (LIMA, 2005b; MELLO, 2012).

¹¹ Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics); Brasil África do Sul, Índia e China (Basic)

Porém, a formação e liderança brasileira do G-20 comercial¹² pode ser considerada a iniciativa basilar desta atuação mais ativa do país. Afinal, foi através desta coalizão Sul-Sul que o Brasil conseguiu influir decisivamente nos rumos do multilateralismo. Pois, a criação do G-20, na Cúpula Ministerial de Cancun, de 2003, reuniu países em desenvolvimento e representativos da diversidade do Sul, em torno da defesa dos “[...] três pilares do mandato agrícola da Rodada Doha, quais sejam, acesso a mercados (redução de tarifas), eliminação dos subsídios à exportação e redução dos subsídios de apoio interno (mormente à produção).”¹³ Assim, esta coalizão conseguiu, em 2003, barrar o avanço das discussões em torno dos temas de Cingapura, quais sejam: investimentos diretos, compras governamentais, transparência e política de competição –, impulsionadas pelos países desenvolvidos, e retomar o mandato original de Doha que visava oferecer melhores condições comerciais para o desenvolvimento dos países periféricos. Após os avanços alcançados até a cúpula Ministerial de Hong Kong, de 2005, as negociações foram paralisadas até 2008 (NARLIKAR; TUSSIE, 2003; RAMANZINI JR, 2009; CARVALHO, 2010). Ainda no âmbito da OMC, acrescenta-se as vitórias brasileiras, em 2005, nos contenciosos do Algodão, contra os EUA, e do açúcar, contra a União Europeia (IGLÉCIAS, 2007; LIMA, 2008). Certamente, a atuação no G-20 e nos contenciosos contribuíram para o Brasil ser incluído no grupo que dita os rumos das negociações da OMC, composto também por EUA, UE, Austrália e Índia.

Assim, mesmo apresentando um papel importante regionalmente, vemos que o país tem condições limitadas de modificar as regras internacionais, devido a isso, valoriza, historicamente, o multilateralismo e a ação coletiva como uma maneira de influir na governança global. Estes elementos compõem a primeira de duas identidades distintas que configuram um perfil internacional do Brasil (LIMA, 2005a). A segunda identidade se refere à configuração do Brasil como um mercado emergente. Segundo Lima (2005a, p. 25), “Nesta identidade, credibilidade e estabilidade macroeconômica são duas moedas de grande valor [...]”. Com isso, o perfil

¹² África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia e Venezuela.

¹³ Ver: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/desenvolvimento-comercio-e-financas/g-20-comercial/view>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

brasileiro apresenta uma política interna que mescla uma condução ortodoxa da política macroeconômica com uma retomada de um papel estatal em direção a uma inclusão social maior e ao aumento do poder aquisitivo de uma parcela significativa da população brasileira; e uma política externa que, ao mesmo tempo, procura dar suporte a esta política interna e também utiliza-la no ambiente internacional como uma credencial de credibilidade que confere ao Brasil sustentação de suas iniciativas Sul-Sul, bem como suas reivindicações de reformas nas instituições internacionais (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010; NOVELLI, 2010; CERVO; BUENO, 2011).

Deste modo, o maior espaço dado às relações Sul-Sul pelo governo de Lula da Silva, através da intensificação do diálogo com países da África, da Ásia e do Oriente Médio, expressou este perfil internacional brasileiro. Um dos reflexos indicados por este perfil é a preferência brasileira em aumentar o diálogo com grandes países em desenvolvimento e/ou emergentes, acabando por subordinar sua agenda regional ao multilateralismo. Assim, se, por um lado, a política externa de Lula da Silva foi mais diversificada e propositiva, por outro lado, manteve a baixa atenção em relação ao aprofundamento das instituições regionais.

Mesmo com a emergência de governos de esquerda na América do Sul, com as suas devidas particularidades, ocorreram vários problemas de coordenação regional. Além disso, estes variados governos de esquerda possuem visões e iniciativas diferentes em relação à América do Sul (SARAIVA; RUIZ, 2009). Alguns autores (ONUKI; OLIVEIRA, 2006; LIMA, 2010), indicam como uma possível explicação para este quadro, a reticência que partidos de esquerda apresentam em relação à cessão de soberania em prol de instituições supranacionais por enxergarem a supranacionalidade como prejudicial às políticas de desenvolvimento nacional. O caso das papeleiras, a guerra das geladeiras, a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, a renegociação do tratado de Itaipu são fatos que evidenciam a fragilidade institucional sul-americana.

Neste contexto, o grande peso regional do Brasil não encontra correspondência em seu baixo investimento nas instituições regionais, pois, nas tensões citadas acima, o país se manteve distante, não incentivou o uso de mecanismos institucionais e preferiu uma saída bilateral, oferecendo alguns benefícios, diante das pressões dos vizinhos. Assim, o Brasil apon-

ta considerar o caráter intergovernamental da integração regional como o mais adequado as suas pretensões nas arenas multilaterais.

Dentro desta lógica, o governo de Lula da Silva buscou atrelar o suporte a internacionalização das grandes empresas brasileiras aos objetivos de integração da infra-estrutura regional através, principalmente, dos financiamentos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Além disso, o país se tornou membro acionário pleno, em 2007, da Cooperação Andina de Fomento (CAF), que apresenta como características centrais um estrutura flexível e técnica voltada para a lógica do mercado (FREIXO; RISTOFFE, 2012). Cabe lembrar também a reticência brasileira em torno na criação de uma instituição financeira regional, o Banco do Sul (CIA, 2012).

Assim, o governo brasileiro privilegiou o apoio a integração em infraestrutura via uma instituição nacional que somente financia projetos de empresas brasileiras. Por um lado, esta estratégia responde a melhor condição do Brasil em termos de suporte financeiro, técnico e logístico. Mas, por outro lado, reforça o baixo investimento do país em instituições regionais que poderiam diminuir as assimetrias regionais de maneira mais acelerada e menos dependente.

É importante destacar as relações entre o Itamaraty e a presidência. Este aspecto merece ser ressaltado pois, em certa medida, os entraves brasileiros em torno da integração regional se relacionam à dissonância entre o corpo diplomático e o presidente da república. Pelo menos desde o governo de Cardoso, é possível observar que o aprofundamento da integração está ligado à vontade política presidencial que acaba não encontrando respaldo na implementação delegada ao corpo diplomático (MALAMUD, 2003; MARIANO, 2007).

Neste sentido, a atuação de Lula da Silva e de seu assessor especial, Marco Aurélio Garcia, na Venezuela, em 2002, mesmo antes da posse do novo governo, trazia indícios que as concepções do Partidos dos Trabalhados (PT) poderiam influir decisivamente nos rumos da política externa brasileira (CRUZ; STUART, 2010). Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho tratar dos resultados da influência deste partido na agenda exterior do país, cabe ressaltar que este movimento de Lula da Silva e

Garcia é o primeiro evento externo do novo governo que causa grande debate interno sobre a política externa na sociedade brasileira. Isso ocorreu, entre outros fatores, pela repercussão da liderança brasileira no “Grupo de Amigos da Venezuela”.¹⁴ Sendo o principal mediador, o Brasil teve que articular a inclusão dos EUA no grupo e fornecer o suporte da Petrobras para reduzir o impacto da paralisação do abastecimento de gasolina durante a crise institucional venezuelana.

Por fim, não podemos esquecer que a intensificação do debate envolvendo os atores domésticos ocorreu com o desenrolar dos três tabuleiros de negociação, ainda no governo de Cardoso. É nesta convergência de negociações que os variados atores domésticos, com seus interesses distintos, passam a expressar com mais vigor suas posições sobre as tratativas em que o Brasil está envolvido (SANTANA, 2001; RAMANZINI JR, 2009). Certamente, a maior atenção de diversos setores da sociedade contribuiu para o destaque que duas revistas aqui avaliadas deram à política externa de Lula da Silva.

3 AS POSIÇÕES DA *CARTA CAPITAL* E DA *VEJA* EM 2003

A partir do cenário exposto acima, as revistas apontam suas expectativas e posicionamentos em relação ao início do governo de Lula da Silva. Pela análise empírica realizada constatamos, em 2003, um intenso debate promovido pelas duas revistas sobre a política externa brasileira. Apesar das diferentes posturas, os periódicos acabam por estabelecer um diálogo ao tratar, em grande medida, dos mesmos assuntos internacionais que envolvem o país. Em 2003, como veremos abaixo, as revistas expõem suas posturas sobre as negociações da Alca – principal tema tratado naquele ano. Mas, antes de trabalharmos estas negociações cabe observar os demais temas que repercutiram nas duas revistas. Basicamente, as revistas apontaram suas posições em relação a atuação brasileira em fóruns internacionais e sobre as relações do Brasil com outros países em desenvolvimento.

A atuação do Brasil em fóruns internacionais, após a posse de Lula da Silva, repercutiu nas revistas com a participação do presidente recém

¹⁴ Este grupo teve o objetivo de mediar o conflito entre governo de Hugo Chávez e a sua oposição, que tentou retirar-lo da presidência da República da Venezuela.

eleito no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e no Fórum Econômico Mundial, em Davos. Para a revista *Veja*, a atuação brasileira nos dois fóruns, com demandas distintas, indicou maturidade do presidente Lula da Silva que estaria representando a síntese de duas visões de mundo opostas durante os anos 1990, a socialdemocracia e o neoliberalismo. O periódico destacou que o novo governo estava procurando aliar a manutenção de uma política econômica de estabilidade com uma intensificação do combate a pobreza (Nosso homem no mundo, *Veja*, 05/02/2003). Frente a este direcionamento, a *Veja* afirmou que o presidente apresentava competência para dialogar com os grandes países do mundo e sua postura nos diferentes fóruns, superando qualquer expectativa positiva que se pudesse ter a seu respeito nesse terreno. Para a revista, “[...] Lula demonstrou que está superando o maniqueísmo que dividiu as agendas de Porto Alegre e Davos.” (Lula é a terceira via, *Veja*, 29/01/2003).

Esta postura da *Veja*, por um lado, responde ao seu perfil editorial liberal, pois a presença de Lula da Silva nestes dois Fóruns corroborava o compromisso do novo governo de responder às demandas sociais, mas mantendo, em grande medida, a política econômica de governo anterior. Por outro lado, a análise da revista também aponta para a sua tendência de apoiar ou, ao menos, preservar o presidente da república de críticas diretas quando o assunto tratado se refere a política externa do país. Como será visto abaixo, as críticas da *Veja* voltam-se para o corpo diplomático e para o assessor especial da presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Já para a revista *Carta Capital*, o relativo êxito da participação de Lula da Silva nos dois Fóruns indicava uma crise de modelos de mundo (E o mundo ouve Lula, *Carta Capital*, 05/02/2003). Apesar de elogiar a proposta brasileira de criação de um fundo internacional de combate a fome, que seria sustentado pelos países desenvolvidos, a revista destacou a necessidade de melhorar o planejamento e implementação do programa “Fome Zero” no Brasil. Segundo a *Carta Capital*, o país poderia ter colocado em risco sua credibilidade internacional ao apresentar para o mundo uma política interna que não goza da devida transparência e necessitava de um razoável tempo de maturação para que se pudesse analisar seus impactos na melhoria de vida da população (Com fome de soluções, *Carta Capital*, 05/02/2003).

O posicionamento deste periódico, destacando problemas de políticas internas relacionadas ao Fome Zero, constituía o núcleo de suas críticas à política externa de Lula da Silva. Pois, para a *Carta Capital*, a má gestão das políticas públicas aliada a uma política econômica liberal, minimiza os avanços que a política externa poderia alcançar.

Além da participação nestes dois fóruns internacionais, as duas revistas também repercutiram a criação do G-20 comercial, no âmbito da Rodada Doha. Para a revista *Veja*, a liderança brasileira desta coalizção apontou que o presidente Lula da Silva teve um bom diagnóstico do problema de um “apartheid comercial” (O clube dos esfarrapados, *Veja*, 23/07/2003) entre os ricos e pobres, em razão das barreiras impostas pelos países desenvolvidos aos produtos daqueles em desenvolvimento. O periódico apontou que a proposta do Brasil de criação de um grupo de países em desenvolvimento remonta à separação entre Norte e Sul dos anos 1970. Relembrando a atuação do Movimento dos Não-Alinhados na Guerra Fria, a *Veja* indicava que formar um grupo de países em desenvolvimento era um “arcaísmo” (O clube dos esfarrapados, *Veja*, 23/07/2003) que tenderia ao fracasso. No contexto da cúpula Ministerial de Cancun, em setembro de 2003, apesar de manter a posição pessimista em relação a esta coalizção Sul-Sul (Meu caro amigo, Fidel, *Veja*, 01/10/2003), a revista reconheceu que o G-20 comercial trouxe os subsídios dos países desenvolvidos para o centro das discussões da OMC pela primeira vez, e estava incomodando os norte-americanos e europeus (Morte na festa dos ricos, *Veja*, 17/09/2003).

A *Veja*, desse modo, acreditava que a busca brasileira pela liberalização comercial não seria alcançada através de uma aliança composta exclusivamente por países em desenvolvimento. Para o periódico, esta estratégia de articulação abalava o diálogo com a Europa e, principalmente, com os EUA. A revista indicava que seria a partir da preservação e aprofundamento do diálogo com os países desenvolvidos que o Brasil alcançaria melhores condições no comércio internacional.

Ao contrário da *Veja*, a *Carta Capital* destacou a liderança brasileira no G-20 comercial como parte de uma política externa ousada que visaria conter a “Pretensão dos ricos de cassar a soberania das nações pobres em política industrial e comercial sem abrir mão de seu protecionismo agrícola.” (Tabuleiro Virado, *Carta Capital*, 24/09/2003). Este periódico

analisou positivamente a ação do G-20 e das demais alianças Sul-Sul que inviabilizaram o avanço dos interesses de EUA, União Europeia, Canadá e Japão, em torno dos temas de Cingapura e forçaram “a OMC a começar pela agricultura” (Tabuleiro Virado, *Carta Capital*, 24/09/2003). Além das negociações da Rodada Doha, a *Carta Capital* também tratou das relações brasileiras com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No período de negociação com o Fundo, a revista indicou que uma renovação dos empréstimos era inevitável (Lula, o FMI e as chances de diálogo, *Carta Capital*, 27/08/2003), mas quando a negociação foi finalizada, o periódico criticou os termos do acordo e a falta de participação de Lula da Silva no processo (Um acordo como o usual, *Carta Capital*, 12/11/2003).

A postura desta revista em relação ao G-20 comercial exemplifica a sua convergência em torno de uma política externa voltada para os países em desenvolvimento. Para a *Carta Capital*, as alianças Sul-Sul e uma ação exterior mais diversificada aumentam o poder de barganha do Brasil e seus ganhos no diálogo com os EUA. Além disso, a posição do periódico de criticar os termos da renovação do acordo com o FMI reforça a ideia de que suas reticências estão voltadas para os entraves da manutenção de uma política econômica liberal sobre as possibilidades abertas por uma política externa considerada, pela revista, como inovadora.

No que concerne as relações com países em desenvolvimento, a *Veja* afirmou que o governo visava estreitar laços com os países da América Latina e “[...] se tornar o líder incontestado da região [...]” (A AL é nossa, *Veja*, 25/06/2003). Já a mediação brasileira na crise venezuelana é destacada pela revista *Carta Capital*, e acaba por exemplificar o seu posicionamento sobre esta temática. Quando o Brasil auxiliou a formação do “Grupo de Amigos da Venezuela” e a inclusão dos EUA neste grupo, o periódico declarou que seria uma “simploriedade muito grande” (Brazilians, go home?, *Carta Capital*, 22/01/2003) tentar mediar um conflito em uma tradicional zona de influência dos EUA, sem os norte-americanos. As visitas do presidente venezuelano, Hugo Chávez, ao Brasil, bem como as exigências feitas para as empresas brasileiras que atuam na Venezuela sofreram críticas da *Veja*.

A *Veja* também criticou o fato do Brasil não considerar as Farc um grupo terrorista. Para a revista, as justificativas de Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia eram, respectivamente, “patética” e “sem fundamen-

to” (Brasília faz o que não vê, *Veja*, 12/03/2003). Amorim havia dito que o Brasil não tinha uma lista de grupos terroristas, enquanto Garcia afirmava que caso o governo adotasse esse posicionamento, as linhas de negociação seriam rompidas. Ao expor esta posição do governo de Lula da Silva, o periódico afirmou que o Itamaraty estava mais preocupado em reduzir a influência dos EUA na Colômbia do que com a solução da questão. Além disso, a revista destacou que setores do PT teriam identificações ideológicas históricas com as Farc que inviabilizavam uma posição diferente do governo brasileiro.

Estes episódios regionais mostram que a revista incentiva um vínculo das ações brasileiras maior na América do Sul à agenda hemisférica dos norte-americanos. Em grande medida, o periódico acredita que um alinhamento aos EUA torna o Brasil um intermediário privilegiado na região e possibilita uma inserção maior dos produtos do país no mercado dos EUA. Cabe ressaltar que as reticências em torno da aproximação da Venezuela não levam em consideração o fluxo comercial favorável ao Brasil, mas uma possível tensão no diálogo com os EUA. Estes acontecimentos também evidenciam que as críticas da *Veja* à política externa regional são direcionadas aos diplomatas e ao Partido do Trabalhadores, o presidente Lula da Silva, novamente, é preservado.

Para a *Carta Capital*, a formação do “Grupo de Amigos da Venezuela” indicou duas características do governo Lula da Silva. Em primeiro lugar, a revista afirmou que “A iniciativa de Lula de mediar o conflito interno da Venezuela colocou-o no comando do jogo diplomático [...]” (Lula ofuscou o Itamaraty, *Carta Capital*, 29/01/2003). Em segundo lugar, o periódico destacou que “A ousadia funcionou e se tornou o primeiro sucesso da política externa brasileira em anos.” (Lula ofuscou o Itamaraty, *Carta Capital*, 29/01/2003). Nesta mesma linha, a revista afirmou que “O primeiro episódio internacional de Lula serve para mostrar que o Brasil calçará chuteiras proporcionais ao seu tamanho e importância. É uma diplomacia que não pretende tirar os sapatos.” (Lula ofuscou o Itamaraty, *Carta Capital*, 29/01/2003).

Com isso, vemos que a revista considera que, a partir do governo de Lula da Silva, o Itamaraty passou a ser conduzido pelo presidente da república. Para o periódico, os diplomatas tinham pouca influência na formulação da política externa de Lula da Silva. Além disso, a *Carta Capital* defendeu que a atuação brasileira na crise venezuelana foi uma

demonstração da capacidade de influência regional do país. A mediação do Brasil para colocar os EUA no grupo conciliatório foi apresentada como um indicativo de que uma política externa mais agressiva não significava uma confrontação com os EUA (Diplomacia: Lula ofuscou o Itamaraty. *Carta Capital*, 29/01/2003; O Brasil acelera. *Carta Capital*, 28/05/2003; O Brasil nos olhos do mundo. *Carta Capital*, 01/10/2003).

A revista também entendia que “Para se ter um esboço do que será (ou deseja ser) o governo Lula, fundamental é olhar para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).” Para a revista, um dos objetivos centrais deste banco é “[...] criar uma base sólida de inserção internacional [para o Brasil]. Nesse aspecto, o banco servirá de elo para uma maior integração latino-americana e pretende também fazer a ponte com países da África e da Ásia.” O periódico destacou o pragmatismo destas linhas de crédito que atingiriam vários continentes e afirmou ainda que “[...] a orientação para a instituição que possui a chave do cofre poderia tornar real a estratégia de médio e longo prazo do governo e construir uma nova ordem.” (O instrumento de execução, *Carta Capital*, 21/05/2003).

Ao destacar o papel do BNDES, a revista também o aponta como um mecanismo importante que denota o ritmo acelerado e pragmático da política externa conduzida por Lula da Silva. O banco estatal é visto como meio de auxiliar a expansão das empresas brasileiras para outros países em desenvolvimento. Apesar disso, a visão de que o BNDES pode ajudar o Brasil a construir uma nova ordem mundial é relativizada quando a revista observa as dificuldades enfrentadas em instâncias multilaterais, como a OMC. Assim, a *Carta Capital* não parece acreditar na capacidade brasileira de alterar o sistema internacional. A revista entende que a ação conjunta com outros países em desenvolvimento, como a Índia e a África do Sul, pode acelerar reformas das instituições internacionais existentes (O instrumento de execução. *Carta Capital*, 21/05/2003; O Brasil acelera. *Carta Capital*, 28/05/2003; O Brasil nos olhos do mundo. *Carta Capital*, 01/10/2003; Pequim, Cabo, Moscou. *Carta Capital*, 01/10/2003).

Ao tratar das viagens presidenciais aos países em desenvolvimento, a revista *Veja* explicitou a sua postura crítica em relação a busca do governo de maior diálogo com estes países. Segundo a revista, a visita de Lula da Silva a Cuba, logo após participar da Assembleia Geral da ONU, não

trazia ganhos econômicos e representava o apoio brasileiro a uma ditadura (Viva Cuba!, *Veja*, 24/09/2003). Cabe ressaltar que a viagem a Cuba é o único momento em que a revista vincula suas críticas à figura do presidente, afirmando que a visita responde a um interesse específico de Lula da Silva. Apesar disso, é na análise do giro diplomático presidencial pelos países árabes que a *Veja* evidencia com mais clareza suas posições em relação à busca governamental por aumentar as relações Sul-Sul.

O periódico, além de ressaltar que as exportações do país para a região configuram menos de 4% do total brasileiro, também afirmou que o Brasil estaria buscando apoio dos países árabes com o objetivo de formar uma aliança terceiro-mundista para influenciar as decisões dos países desenvolvidos. Para a revista, o Brasil não teria condições de alterar a “geografia comercial” do mundo e buscar esse objetivo seria uma “fanfarronice nada diplomática” (Política Externa Rodopiante, *Veja*, 10/12/2003), que não teria reflexo positivo para o país no exterior; pois, demonstraria as contradições do governo brasileiro ao tratar da democratização do Conselho de Segurança da ONU e, ao mesmo tempo, ter audiências com “ditadores” e “terroristas sanguinários” como Muammar Kadaffi, da Líbia, e Bashar Al-Assad, da Síria (A turnê de Lula pelas ditaduras, *Veja*, 17/12/2003). Para o periódico, o país teria maiores ganhos se, em vez de tentar alterar, participasse ativamente da geografia existente.

A partir da posição desta revista sobre as visitas do presidente aos países árabes, constatamos que, ao contrário da *Carta Capital*, a *Veja* confere pouca importância aos ganhos comerciais que a maior aproximação dos países em desenvolvimento pode gerar para o Brasil. Isso acontece porque o periódico tem uma preocupação maior com o significado que este movimento brasileiro adquire para os países desenvolvidos, especialmente, para os EUA. Na visão da *Veja*, esta estratégia do país adquire um sentido de confrontação com os norte-americanos e acaba por demarcar uma desigualdade entre os países que dificulta o diálogo com os EUA e a Europa. Tais aspectos tornam irrelevantes possíveis ganhos comerciais de uma política externa mais diversificada. Deste modo, para a *Veja*, a articulação com outros países em desenvolvimento não confere ao Brasil capacidade de reformar e, muito menos, de induzir uma nova lógica ao sistema inter-

nacional. Caberia ao Brasil aceitar e aprofundar seu envolvimento com a arquitetura internacional conduzida pelos países desenvolvidos.

Já a *Carta Capital* defendeu que a visita do presidente Lula da Silva aos países árabes reforçou a importância da intensificação das relações do Brasil com outros países em desenvolvimento. A revista destacou que o petróleo ainda é uma fonte de energia fundamental para o desenvolvimento dos países e afirmou que a viagem do então presidente brasileiro estava auxiliando o aumento das exportações brasileiras para esta região do globo. O periódico ainda ressaltou que o país estava envolvido na construção de uma usina de refino de açúcar na Síria que iria gerar dividendos ao Brasil. Ademais, a revista indicou a importância de estreitar as relações comerciais e estratégicas com o Egito, pois este país poderia se tornar um elo entre o Mercosul e a Liga Árabe. Neste aspecto, o periódico também destacou novamente a importância política da articulação entre os países em desenvolvimento para reduzir a influência dos países desenvolvidos nos órgãos internacionais (Apesar de tudo, a terra se move, *Carta Capital*, 17/12/2003).

Esta postura da revista reforça a sua visão pragmática sobre as relações Sul-Sul. Argumentos relacionados a uma identidade comum e a uma solidariedade com os demais países em desenvolvimento não foram encontrados nas páginas da *Carta Capital*. Este pragmatismo se direciona tanto para os ganhos econômicos, com as exportações e a atuação de empresas brasileiras, como também para a possibilidade política que o aumento deste diálogo propicia para pressionar reformas nas instituições internacionais.

Em relação à Alca, a *Veja* destacou que as negociações ofereciam perdas e ganhos em igual medida e, por isso, o Brasil, mesmo divergindo dos EUA, precisava se preparar para negociar e decidir o que estaria disposto a ceder para obter acesso privilegiado ao mercado norte e latino-americano. O periódico preocupava-se com a posição da diplomacia brasileira e temia que os negociadores do país optassem por não sentar à mesa com os Estados Unidos.

O argumento principal da revista durante o ano foi que as reuniões sobre a Alca deveriam ter um caráter técnico. Em razão disso, o Itamaraty, com suas posturas ideológicas, não estaria preparado para lidar com a tecnicidade das negociações, e nem com suas contrapartes norte-a-

americanas. Segundo a *Veja*, “As relações exteriores, dominadas atualmente pelas questões comerciais, tornaram-se muito sérias, complexas e técnicas para serem deixadas apenas nas mãos dos diplomatas do Itamaraty.” (7 perigos de dar uma banana para a Alca, *Veja*, 15/10/2003). Para a *Veja*, o problema da Alca residia na paralisação das negociações pela intransigência dos EUA, principalmente em relação aos subsídios agrícolas, ilusões de grandeza, erros de cálculo e deformações ideológicas da diplomacia brasileira (Retórica da Alca não resolve. *Veja*, 19/02/2003; Brasil imperialista. *Veja*, 19/02/2003; Agricultura, o motor do Brasil. *Veja*, 30/04/2003; Os 7 Perigos de dar uma banana para a Alca. *Veja*, 15/10/2003; O bom senso de Lula. *Veja*, 22/10/2003). A revista apontava que havia um certo consenso do lado brasileiro de que mesmo com riscos havia muito a ganhar.

Nos dois meses que precederam a cúpula Ministerial de Miami, em novembro de 2003, a *Veja* aumentou o tom de crítica ao Itamaraty. O periódico apoiou a posição do presidente Lula da Silva de exigir maior cooperação entre os negociadores brasileiros depois de desentendimentos entre os diplomatas e dirigentes dos demais ministérios envolvidos nas tratativas da Alca (O perde e ganha da Alca. *Veja*, 18/06/2003; Itamaraty vs. Fazenda. *Veja*, 23/07/2003). Segundo a *Veja*, “Lula quebrou o monopólio dos diplomatas na condução do comércio exterior, advertiu-os sobre os exageros triunfalistas, e exigiu que os ministros que integravam a Câmara de Comércio Exterior (Camex) passassem a participar do processo de negociação na Alca e na OMC.” (Os 7 Perigos de dar uma banana para a Alca. *Veja*, 15/10/2003).

Deste modo, a revista entendeu que as intervenções de Lula da Silva recolocaram as negociações da Alca no eixo de um suposto interesse nacional. Para o periódico, o presidente havia limitado a influência dos diplomatas no processo. Após a cúpula Ministerial de Miami, a *Veja* indicou que as divergências entre Brasil e EUA haviam dado lugar à demonstração brasileira de que não se opunha ao livre-cambismo e tinha disposição para negociar. A revista ressaltou que apenas a busca de um consenso mínimo, poderia diminuir a tendência de uma proliferação de acordos bilaterais, muito influenciados por *lobbies*, e prejudiciais ao avanço do livre-comércio no continente americano.

Assim, pelo grande espaço que a *Veja* conferiu às negociações da Alca, suas posturas em relação a política externa ficam mais evidentes. A revista foca nos ganhos que um acordo envolvendo os EUA podem gerar para o Brasil e, ao contrário da *Carta Capital*, minimiza as perdas que vários setores econômicos brasileiros teriam com a Alca. O impacto do acordo sobre os demais países da América Latina não ganha destaque na *Veja*, o que acaba por apontar sua visão reticente sobre uma política externa mais conectada aos países da região. Mesmo nos poucos momentos em que a revista trata do México, é com o intuito de reforçar os benefícios que este país alcançou com aumento dos laços com os EUA, via Nafta (Os 7 Perigos de dar uma banana para a Alca, *Veja*, 15/10/2003). Ou seja, o importante para a *Veja* é que a política externa brasileira esteja condizente com a agenda hemisférica dos EUA.

Esta visão é um dos motivos centrais da crítica da *Veja* aos diplomatas do Itamaraty. Afinal, para a revista, a partir de 2003, o grupo que assume os cargos de liderança deste ministério adota uma política externa “ideologizada”. Tal política, se refere a uma certa confrontação em relação aos EUA através da formação de alianças Sul-Sul e o privilégio que este grupo estaria dando ao relacionamento com outros países em desenvolvimento. Ao tratar das negociações da Alca, a revista *Veja* torna claro que desvincula este direcionamento “ideológico” da figura de Lula da Silva. Este direcionamento liga-se ao ministério das Relações Exteriores, tendo como representante máximo Celso Amorim, e ao Partido dos Trabalhadores (PT), representado por Marco Aurélio Garcia. O então presidente da república é apresentado como o símbolo do pragmatismo e do bom senso na formulação e implementação da política externa.

Em relação as negociações da Alca, a revista *Carta Capital* afirmou que “[...] não se trata de negociar dentro de um sistema desigual já existente e inevitável, mas dos riscos de se comprometer com a construção de mais uma estrutura injusta.” Ou seja, para o periódico o rumo das negociações até 2003 estava em consonância com o neoliberalismo que prejudicava as políticas internas de desenvolvimento. Para a revista “Praticamente todos os setores da economia do Brasil têm mais a perder do que a ganhar.” Instituições internacionais, como o FMI, alimentavam este neoliberalismo e a constituição da Alca nos moldes propostos pelos EUA reproduziam

as políticas incentivadas pelo Fundo. Tal direcionamento, poderia gerar uma “africanização da América Latina”. Segundo a revista, “Em 2003, os governos sul-americanos não têm mais desculpas para se deixar enganar.” (O perigoso balanço de forças. *Carta Capital*, 08/01/2003).

O periódico destacou ainda que a postura brasileira de negociar a Alca via Mercosul, em uma tentativa de reduzir a influência dos EUA nos países do bloco e aumentar seu poder nas negociações, apontava para um tensão sobre o direcionamento da Alca (As Américas são dois continentes. *Carta Capital*, 26/02/2003). Porém, a revista mostrou-se pessimista quanto a esta estratégia brasileira. Segundo a revista, “Tentar unir forças com os parceiros do cambaleante Mercosul e com outros governos que também fazem restrições à Alca, como o da Venezuela e o do Equador, está longe de equilibrar a partida.” (O perigoso balanço de forças. *Carta Capital*, 08/01/2003). É interessante observar que esta descrença na articulação regional não encontra correspondência na visão positiva que a revista apresentou sobre as articulações brasileiras com países em desenvolvimento de outros continentes, como vimos no caso dos países árabes e do G-20 comercial.

Em grande medida, esta descrença na articulação regional é justificada pela fragilidade dos países da América Latina, pois, segundo a revista, “As dívidas herdadas da década passada deixam todos muito vulneráveis à chantagem financeira.” dos EUA. A *Carta Capital* indicou conferir uma grande importância à atuação do Brasil nas negociações. Para a revista, a Alca “É uma das responsabilidades que mais pesam sobre o governo que assume em Brasília.” Além disso, a revista acreditava que “[...] se o Brasil não puder evitar uma nova derrota dos interesses populares pelas pressões externas, os demais governos do continente que se reivindicam de esquerda também dificilmente escaparão do fracasso.” (O perigoso balanço de forças. *Carta Capital*, 08/01/2003).

Com o desenrolar das negociações, a Carta Capital defendeu a atuação do Itamaraty e acabou por afirmar que a proposta da Alca *Light* era uma vitória da política externa brasileira. Para a revista, os diplomatas, após a posse de Lula da Silva, passaram a negociar tendo em vista um projeto de desenvolvimento nacional. Devido a isso, o Itamaraty procurava uma Alca equilibrada que garantisse a entrada brasileira no mercado estadunidense e não prejudicasse este projeto (As Américas são dois continentes. *Carta*

Capital, 26/02/2003; O Brasil não quer ser um satélite. *Carta Capital*, 30/04/2003; Efeito Bumerangue. *Carta Capital*, 22/10/2003; Um jogo pesado, uma Alca light. *Carta Capital*, 26/11/2003).

Assim, se para a revista *Veja* o corpo diplomático atrapalhava o andamento da Alca e a proposta da Alca *Light* indicava a manutenção de uma canal de diálogo com os EUA, para a *Carta Capital*, os diplomatas tiveram uma contribuição importante para a preservação de vários setores econômicos do país, e a Alca *Light* simbolizava os limites que o Brasil colocava para o avanço dos interesses dos EUA na região.

4 A AGENDA EXTERIOR DO BRASIL ENTRE 2004 E 2006

Ao longo do ano de 2007, as revistas *Carta Capital* e *Veja*, refletiram com mais intensidade e clareza seus respectivos posicionamentos sobre a política externa brasileira para a América do Sul. Este destaque dado à região respondeu a uma agenda exterior que, a partir de 2004, gradativamente, destacou as relações do Brasil com os países em desenvolvimento, em especial, com os vizinhos sul-americanos. O espaço que as duas revistas conferiram à região, no decorrer do primeiro mandato de Lula da Silva, se relaciona com os inúmeros acontecimentos que ocorreram na América do Sul e com a gradual paralisação dos fóruns internacionais ao longo deste período.

Afinal, as negociações Mercosul-UE e a Alca foram interrompidas, respectivamente, em 2004 e 2005. E na Rodada Doha, interrompida em 2008, as principais conquistas do Brasil, via G-20 comercial, ocorreram até 2005, a partir deste momento, os negociadores brasileiros buscaram, principalmente, manter os avanços alcançados (CARVALHO, 2010). Assim, apesar da manutenção de certa prioridade em torno da OMC, os três tabuleiros de negociação – Alca, Mercosul-UE e Doha –, foram sendo marginalizados nas discussões da agenda exterior do Brasil. Além disso, em 2005, o governo Lula da Silva quitou a dívida do país com o FMI, buscando conciliar um discurso de independência e não ruptura em relação ao Fundo (TUDE; MILANI, 2013).

Enquanto os fóruns internacionais, citados acima, apresentam certos entraves, as discussões no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) já apontam a maior dinâmica das relações Sul-Sul e o destaque do

entorno geográfico na política externa brasileira. Pois, além da reticência do país quanto as sanções aprovadas pela ONU ao Irã em 2006, o Brasil passou a atuar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004. Ademais, a Argentina e a Colômbia manifestaram que não apoiavam a candidatura brasileira ao um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010).

Esta postura dos argentinos e colombianos já é um indicativo dos impasses e tensões que ocuparam a agenda regional durante o primeiro mandato de Lula da Silva. Em 2005, em meio a um conflito político entre os equatorianos, o Brasil concedeu asilo político ao presidente destituído do Equador, Lucio Gutiérrez (Ex-presidente do Equador pede asilo territorial ao Brasil. *Agência Brasil*, 21/04/2005). Além disso, a atuação da Odebrecht neste país causou atritos nas relações com o Brasil que culminaram, em 2008, na expulsão da empresa e na retirada do embaixador brasileiro em Quito (Após três anos de briga, Brasil volta a investir no Equador. *Folha de S. Paulo*, 18/02/2012). Ainda em 2005, a eleição de Evo Morales e a posterior nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, em maio de 2006, afetaram os interesses da Petrobrás e evidenciaram tanto a baixa influência brasileira na região como também as dificuldades do país em lidar com as assimetrias regionais (FUSER, 2013). A candidatura de Fernando Lugo, em 2007, a presidência do Paraguai e a sua proposta de renegociação do Tratado de Itaipu acabaram por evidenciar aspectos semelhantes ao caso boliviano. Ademais, a deportação de boxeadores cubanos que vieram participar dos Jogos Pan-americanos realizados no Rio de Janeiro, em 2007, causaram debates sobre a condução da política externa brasileira.

Em relação a Venezuela, após a tensão de 2002, Hugo Chávez ganhou força com o resultado de um plebiscito, em 2004, no qual a população venezuelana apoiou sua permanência no governo até o fim de seu mandato, em 2006.¹⁵ Neste contexto, o então presidente venezuelano “[...] se propõe a desenvolver um projeto político descrito como ‘Socialismo do Século XXI’ [...] [e] torna-se clara a estratégia de integração do governo venezuelano, que começa a refletir as reações anti-neoliberais e anti-norte-americanas.” (SARAIVA; RUIZ, 2009, p. 159).

¹⁵ Posteriormente, em 2006, Chávez foi reeleito presidente da Venezuela.

A partir deste momento, observamos uma heterogeneidade dos arranjos sul-americanos, pois compartilham o mesmo espaço regional iniciais distintas como o Mercosul, a CAN – Comunidade Andina de Nações –, a Alba – Aliança Bolivariana para as Américas –, e ainda vemos Tratados de Livre-Comércio com os EUA e China (LIMA, 2010). Em meio a este cenário tão plural surgiu a Comunidade Sul-Americana de Nações (2004), que deu lugar à Unasul, em 2008, e reúne os 12 países da região.

Ao longo deste período, cabe lembrar também que o Mercosul iniciou os processos de incorporação da Venezuela e da Bolívia. Foram também criados o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2004, com o objetivo de busca reduzir as assimetrias entre os membros; e o Parlamento do Mercosul (2006) com um caráter consultivo. Ademais, dois contenciosos entre os membros indicam a dificuldade institucional do bloco, e merecem destaque: o caso das papeleiras, envolvendo Argentina e Uruguai, que somente foi resolvido pela Corte de Haia; e a “guerra das geladeiras”, entre Argentina e Brasil, que evidenciou a manutenção das dificuldades de entendimento entre os dois maiores países do Mercosul.

5 AS POSIÇÕES DA *CARTA CAPITAL* E DA *VEJA* EM 2007

As duas revistas analisadas não expressam, em 2007, suas posturas sobre a totalidade dos acontecimentos citados acima, mas expõem suas visões, como veremos, sobre parte significativa desta política externa. Assim, a partir do contexto apontado, a Carta Capital e a Veja conferem, em 2007, um espaço maior à política externa brasileira direcionada para a América do Sul. Mas, antes de tratarmos desta temática convém destacar algumas posturas das duas revistas em relação ao diálogo Brasil-EUA e sobre a política do país em fóruns internacionais.

Quanto ao relacionamento entre Brasil e EUA, o principal aspecto ressaltado pelas duas revistas diz respeito as tratativas em torno dos biocombustíveis. Para a revista Veja, as trocas de visitas diplomáticas entre os presidentes de Brasil e EUA para discutir, entre outros temas, um incentivo maior ao mercado global de etanol indicava que as relações entre os dois países atingiram um grau de maior racionalidade e realismo. Além disso, o

periódico apontou que os EUA viam o Brasil como um interlocutor privilegiado que poderia reduzir a influência do presidente venezuelano, Hugo Chávez, na região (A segunda vez em um ano. *Veja*, 04/04/2007).

Para a *Veja*, a população brasileira “[...] elegeu um governo de esquerda que soube manter a estabilidade política e econômica e se relaciona com o mundo de forma civilizada. Guardadas as proporções, Bush e Lula colecionam fracassos em políticas externas.” (Como bons amigos. *Veja*, 14/03/2007). Segundo a revista, os entendimentos entre os dois países ajudava a “Dissipar os deslizos da diplomacia brasileira, que nos últimos anos insistiu numa política ideológica de privilegiar a aproximação e o comércio com países pobres.” (Como bons amigos. *Veja*, 14/03/2007).

Com isso, vemos que a revista *Veja* apresenta uma visão geral negativa sobre a política externa do primeiro mandato de Lula da Silva. A atuação dos diplomatas do Itamaraty e a busca por aumentar as relações Sul-Sul se mantêm como o foco das críticas a uma política externa considerada pela *Veja* como “ideologizada” e fracassada. Estas críticas somente são relativizadas quando a revista observa que os EUA veem o Brasil como um interlocutor importante na região, ou seja, a visão dos EUA em relação ao Brasil tem grande influência sobre a posição da revista. Deste modo, pragmatismo para a *Veja* significa um diálogo e alinhamento maior com os EUA. A partir disso, a revista acredita que o Brasil terá maiores ganhos políticos e econômicos na arena internacional que podem suprir os erros de uma política externa mais diversificada. É importante observar que, ao mesmo tempo em que critica a política externa, a *Veja* também elogia a condução governamental da política econômica.

Já a *Carta Capital* ressaltou que, apesar de certa tensão entre os presidentes de Brasil e EUA devido as visões divergentes sobre as sanções ao Irã, foram assinados acordos tanto de cooperação em biocombustíveis como também de assistência técnica a países lusófonos da África. O periódico indicou que os interesses brasileiros de comércio exterior predominaram sobre as pressões diplomáticas dos EUA para o fim dos investimentos da Petrobras no Irã. Segundo a *Carta Capital*, as relações com os EUA não foram estremecidas, pois “A posição do Brasil não se confunde com a dos governos da Venezuela e do Irã, cujas bravatas contra o imperialismo têm

se mostrado um meio eficaz de conquistar apoio popular para seus líderes [...]” (Lula na Contramão. *Carta Capital*, 11/04/2007).

Assim, observamos que a *Carta Capital* se preocupa em diferenciar a política exterior do Brasil da política de países como a Venezuela. A maneira como a revista expressa esta diferenciação carrega forte semelhança com o discurso da *Veja*. Esta preocupação em diferenciar o país busca reforçar que uma agenda externa mais diversificada não almeja uma confrontação com os EUA. Em vez disso, o periódico destaca que o aumento do diálogo com outros países em desenvolvimento melhora os possíveis ganhos no relacionamento com os EUA. Com isso, para a *Carta Capital*, o pragmatismo significa que os interesses econômicos do país não são limitados pelas pressões políticas dos norte-americanos e, mesmo com certas divergências, a realização de acordos com EUA se mantém na agenda brasileira.

Em relação à presença brasileira nos fóruns internacionais, a revista *Veja* destacou que a Reunião de Potsdam, realizada em junho de 2007, indicava o fracasso da Rodada Doha. O periódico afirmou que o resultado foi uma péssima notícia para os “donos da política externa desde 2003” (O paradoxo da prosperidade. *Veja*, 27/06/2007), que rejeitavam outros projetos de acordos comerciais na esperança de que a Rodada Doha obrigasse os países desenvolvidos a eliminar as barreiras agrícolas. A revista contrapôs a posição do Brasil à do México que havia celebrado vários acordos bilaterais com os EUA e Europa nos últimos anos, e defendeu que naquele momento o Brasil teria que correr atrás do prejuízo. Para o periódico, o Brasil perdeu oportunidades importantes de negociações na Alca e com a UE por questões ideológicas (O paradoxo da prosperidade. *Veja*, 27/06/2007).

A partir disso, é possível observar que o impasse da Rodada Doha é utilizado para reafirmar a postura pessimista da *Veja* em relação o envolvimento brasileiro em alianças Sul-Sul. Para a revista, a paralisia das negociações evidencia que procurar explorar as desigualdades entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento não é o caminho adequado para o Brasil melhorar sua inserção internacional. Seria mais válido aumentar os laços bilaterais com os EUA e com a Europa.

Se as negociações de Doha são utilizadas para reforçar a visão da *Veja* sobre a importância de se priorizar as relações com os países de-

envolvidos. É com a análise da revista sobre os BRICs que vemos com mais clareza sua postura em relação ao papel dos chamados países emergentes na economia global. Neste episódio, o perfil liberal do periódico e sua crítica à divisão Norte-Sul afloram com mais intensidade. Afinal, ao comentar a posição econômica de Brasil, Rússia, Índia e China, a *Veja* afirmou que estes países haviam superado a “síndrome dos coitados” (Os heróis do capitalismo. *Veja*, 05/12/2007), a visão anacrônica de que seu subdesenvolvimento provinha da exploração dos países ricos. Segundo o periódico, anteriormente, esses países eram um entrave ao desenvolvimento mundial; porém, a partir deste período passaram por uma fase inédita de prosperidade decorrente da abertura ao comércio mundial, do incentivo à iniciativa privada e da consequente inserção de 3 bilhões de novos consumidores no mercado mundial. No caso do Brasil, o novo período desde o Plano Real foi elogiado e criticou-se o modelo de desenvolvimento com incentivo estatal adotado no período anterior a década de 1990 (Os heróis do capitalismo. *Veja*, 05/12/2007).

Para a *Carta Capital*, a reunião de Potsdam também “foi a última pá de cal” na Rodada Doha. Porém, a revista destaca que as negociações da OMC construíram “[...] uma articulação entre países do Sul capaz de abrir caminho a negociações menos verticais e bloquear imposições unilaterais do Norte. A falta de acordo pode ser menos ruim do que a rendição incondicional.” (Vela para mau defunto. *Carta Capital*, 04/07/2007). Com isso, vemos que o periódico, apesar de reconhecer os entraves, acaba por destacar as possibilidades que Doha propiciou ao Brasil.

Lembrando que alguns países do Sul intensificaram as conversações para firmar acordos bilaterais com os EUA e com a UE, a *Carta Capital* também ressaltou que “Para os demais, incluindo Brasil, Argentina, Índia, Venezuela e África do Sul, entre outros, o caminho é manter a unidade possível, abrirem-se mais entre si e procurar negociar em grupo.” (Vela para mau defunto. *Carta Capital*, 04/07/2007). Esta afirmação reforça a constatação de que a revista acredita que, mesmo com as dificuldades de Doha, é importante o Brasil procurar se aproximar, preferencialmente, de outros grandes países em desenvolvimento e/ou emergentes para ampliar sua capacidade de influência nos fóruns internacionais. Além disso, o periódico apontou os ganhos da atuação brasileira no Órgão de Solução de

Controvérsias e a preparação da legislação interna do Brasil para a possibilidade de aplicação de retaliação cruzada no contencioso do Algodão, contra os EUA (Persuasão no porrete. *Carta Capital*, 12/09/2007).

Mesmo indicando estes aspectos positivos da Rodada Doha, a *Carta Capital* novamente criticou as políticas internas que não estariam aproveitando adequadamente as oportunidades abertas pela política externa. Segundo a revista, “Mais preocupante é a falta de uma política de desenvolvimento capaz de tirar proveito dessa resistência, até certo ponto bem-sucedida [...]” (Persuasão no porrete. *Carta Capital*, 12/09/2007).

Nesta mesma linha, a *Carta Capital* também criticou as recomendações do FMI. Para a revista, mesmo o Brasil tendo quitado suas dívidas com o Fundo em 2005, o órgão recomendou ao país a “mesma política que levou à ruína os países latino-americanos e que não resistiu aos críticos do século XX” (Eles não mudam. *Carta Capital*, 06/06/2007).

No que concerne o relacionamento brasileiro com os países da América do Sul, a revista *Veja* criticou as negociações para a adesão da Venezuela e da Bolívia ao Mercosul. Segundo a revista, a “[...] expansão do Mercosul é que dificulta o processo de integração do Brasil com a economia global.” (Lula cercado de populistas. *Veja*, 24/01/2007). Para o periódico a busca do governo petista de liderar a América do Sul, colocando aspectos políticos à frente dos econômicos, deixou o então presidente em uma situação complicada na Cúpula do Mercosul, em janeiro de 2007, pois Lula da Silva teve que “[...] sustentar duas posições aparentemente antagônicas: primeiro, defender a integração regional e, segundo, reforçar aos olhos do mundo o fato de que o Brasil atingiu um estágio mais estável e moderno do que os vizinhos.” (Lula cercado de populistas. *Veja*, 24/01/2007). A revista *Veja* defendeu que uma aproximação maior destes países poderia dificultar uma retomada das negociações de livre-comércio com a União Europeia e trazer maiores instabilidades para o bloco.

Apesar desta avaliação a *Veja* ressaltou que “O contraponto à estratégia chavista [...] [é] o conservadorismo responsável do governo Lula, que, mesmo sem retomar as privatizações, respeita as regras do mercado.” (Lula cercado de populistas. *Veja*, 24/01/2007). Para a revista esta característica do governo brasileiro fez com que o país descolasse “[...] seu perfil

da geleia geral da região. Como a chilena, a economia brasileira é vista pelo mundo como produto de uma civilização distintamente melhor do que a da América do Sul. Já era tempo.” (Lula cercado de populistas. *Veja*, 24/01/2007).

Dando destaque à Venezuela, a *Veja* defendeu que Hugo Chávez, devido as medidas adotadas por seu governo, “é inimigo de uma América Latina e de um Brasil moderno e justo” (Um inimigo do Brasil. *Veja*, 17/01/2007; Hora de enxergar. *Veja*, 21/11/2007). A revista ressaltou a necessidade do Brasil estar atento aos “gestos tresloucados do imperialista bolivariano” (Sob o poder civil. *Veja*, 28/11/2007) de Chávez. Para a revista, o então presidente venezuelano estava patrocinando uma corrida armamentista na região revelada pela aquisição de armas apropriadas para ações de caráter ofensivo (O que miram os militares. *Veja*, 28/11/2007).

A *Veja* também repercutiu a repatriação dos boxeadores cubanos que vieram para os jogos Pan-Americanos no Brasil. Segundo a revista, este fato “[...] contraria uma tradição cara à diplomacia brasileira.” (De volta à prisão. *Veja*, 15/08/2007) nas questões internacionais. A revista não teceu críticas ao presidente Lula da Silva, mas criticou a postura da Polícia Federal brasileira por entender que um assunto de caráter diplomático foi tratado como caso de polícia (De volta à prisão. *Veja*, 15/08/2007). A revista, como em 2003, comentou uma visita programada de Lula da Silva a Cuba, que acabou adiada para 2008, afirmando que a escolha de visitar o país partiu do interesse do presidente e apenas depois de decidida a visita, criou-se uma agenda bilateral (Os temores de uma ditadura. *Veja*, 21/11/2007).

Apesar da postura crítica da *Veja* em relação à atuação diplomática no caso dos cubanos e nas negociações de expansão do Mercosul, o que merece destaque é a busca da revista de diferenciar o Brasil de países como a Venezuela. Esta diferenciação, em um primeiro momento, poderia indicar uma defesa da política externa tão criticada pela revista, afinal, busca-se distanciar o Brasil de países que, na visão da *Veja*, apresentam uma política interna e externa equivocada. Mas, com um olhar mais atento, observamos que esta diferenciação é realizada através do destaque a uma política interna brasileira que estaria baseada no respeito as regras do mercado e na estabilidade econômica. Ou seja, a visão geral crítica em torno da política

externa se mantém e é a partir da política interna que o periódico realiza a distinção entre o Brasil e outros países da região.

Em grande medida, a procura por esta distinção objetiva incentivar uma aproximação maior entre Brasil e os países desenvolvidos, em especial dos EUA, que compartilham da visão positiva sobre a política interna brasileira. É a partir da política doméstica que a *Veja* constata as possibilidades de uma inserção melhor do país na economia global. Assim, a incorporação de países com uma política distinta da brasileira no Mercosul é vista como um entrave às oportunidades que a economia mundial pode gerar para o Brasil. É interessante também observar que as reticências quanto a uma aproximação maior de países em desenvolvimento, seja da região ou de outros continentes, é tão grande que questões sobre os aspectos institucionais não são discutidos pela *Veja*.

Ao contrário da *Veja*, a *Carta Capital*, como será visto, tratou com certa frequência de elementos institucionais da integração regional. No ano de 2007, a revista *Carta Capital* destacou, entre outras medidas, as iniciativas regionais realizadas durante o primeiro mandato de Lula da Silva, expostas no item anterior, para contra-argumentar uma visão na qual “[...] o Brasil continuaria a enxergar os vizinhos como fontes de recursos para alimentar seu crescimento e não como reais parceiros. A acusação não parece justificada.” (O Brasil é Imperialista? *Carta Capital*, 27/06/2007). A posição da revista sobre as relações do Brasil com a América do Sul apresentou certa ambiguidade, mas, ao final, esta característica nos auxilia a compreender melhor a visão da *Carta Capital*. Por um lado, o periódico destacou as fragilidades e o baixo investimento brasileiro nas instituições regionais. Mas, por outro lado, compreende e, em grande medida, apoia a postura do Brasil no diálogo regional.

A *Carta Capital* destacou que o Paraguai e o Uruguai ameaçam sair do Mercosul caso os brasileiros e argentinos não adotem medidas para diminuir as assimetrias do bloco. Segundo a revista, “Retórica à parte, Brasil e Argentina pouco ou nada fizeram para amenizar as dificuldades do Uruguai para colocar seus produtos na região.” (O Brasil é Imperialista? *Carta Capital*, 27/06/2007). Neste aspecto o periódico acrescentou ainda que “As instituições do Mercosul continuam, porém, frágeis. Algumas, como o Fundo de Convergência Estrutural [FOCEM], criado em 2004

para favorecer o desenvolvimento das áreas mais pobres do bloco, mal saíram do papel.” (O Brasil é Imperialista? *Carta Capital*, 27/06/2007).

Nesta mesma linha, a revista também ressaltou a autorização do governo de Lula da Silva para o BNDES abrir linhas de crédito para projetos de infraestrutura e desenvolvimento produtivo no Paraguai e na Bolívia com o objetivo de auxiliar a industrialização destes países. Porém, a *Carta Capital* indicou que “O Brasil parece acreditar que o projeto de integração possa coincidir com os das grandes empresas brasileiras, o que torna as propostas políticas muito mais tímidas do que se poderia esperar.” (O Brasil é Imperialista? *Carta Capital*, 27/06/2007).

Ainda nesta linha de apontar fraquezas na política externa regional, a revista, ao tratar da tensão entre Argentina e Uruguai no caso das papeleiras, reclamou da baixa atuação do Brasil para auxiliar o fim do atrito entre estes dois sócios do Mercosul. Para a *Carta Capital* “[...] o Brasil precisa participar dela [da resolução do atrito], se quiser tornar realidade o papel de liderança ao qual sua diplomacia aspira cada vez mais abertamente.” (Uma briga de vizinhos. *Carta Capital*, 28/11/2007). Em relação à decisão da Argentina e do Uruguai de acionar o Tribunal de Haia para mediar o conflito, a revista afirmou que este fato “[...] representa uma derrota para o Mercosul, cujas instituições se mostram insuficientes para o papel essencial de harmonizar as necessidades de desenvolvimento de seus membros.” (Uma briga de vizinhos. *Carta Capital*, 28/11/2007).

No caso das papeleiras, a *Carta Capital* já apontava a ambiguidade ao afirmar que a decisão brasileira de não se envolver no atrito era “[...] compreensível, já que não conseguiria satisfazer a ambos e seus negócios e associações estratégicas com Buenos Aires são muito mais importantes” (Uma briga de vizinhos. *Carta Capital*, 28/11/2007). Ou seja, mesmo diagnosticando problemas nas instituições e na atuação regional do Brasil, o periódico aceita a posição do governo de Lula da Silva.

Ao repercutir a nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia, a *Carta Capital* afirmou que a medida do presidente Evo Morales era “totalmente justificável” (A ideia de independência. *Carta Capital*, 28/02/2007). Mas, a revista também ressalta que o Brasil e a Petrobras perderam com o desfecho das medidas bolivianas (O embate Brasil-Bolívia. *Carta Capital*,

16/05/2007). Postura similar observamos quando a revista trabalha a candidatura de Fernando Lugo à presidência do Paraguai.

Para a *Carta Capital* a eleição de Lugo “[...] reverteria a aproximação econômica e militar entre o Paraguai e os Estados Unidos.” Entretanto, a proposta do candidato paraguaio de rever o Tratado de Itaipu “reduziria a questão do gás boliviano à insignificância.” (A volta dos Jesuítas. *Carta Capital*, 28/02/2007). Para o periódico a proposta de Lugo “Não seria absurda pelos padrões da Califórnia ou da Europa, mas liquidaria a competitividade do Brasil ante outros países periféricos. Seria contraproducente para toda a região e para o Paraguai.” (A volta dos Jesuítas. *Carta Capital*, 28/02/2007). A *Carta Capital* advoga uma renegociação do Tratado que “[...] melhore as perspectivas econômicas do Paraguai e lhe permita implantar uma política social e agrária mais ousada sem inviabilizar o desenvolvimento dos vizinhos.” (A volta dos Jesuítas. *Carta Capital*, 28/02/2007). Deste modo, constatamos que a revista acredita que as medidas de Morales e Lugo, em vez de reduzir as assimetrias regionais, ferem o desenvolvimento não só do Brasil como também do restante da região.

Segundo a revista, as atividades brasileiras na região “tem razões pragmáticas” (O Brasil é Imperialista? *Carta Capital*, 27/06/2007). Para a *Carta Capital* a atuação brasileira está focada, principalmente, em reduzir a influência dos EUA sobre o Uruguai e o Paraguai. Além de buscar conter a influência da Venezuela, que tem fornecido auxílio financeiro e incentivado a criação de novas instituições entre os países da região. O periódico observou que este contexto “É um bom momento para os países latino-americanos, esquecidos desde o fim da guerra fria. Venezuela, EUA e Brasil os cortejam.” (Chávez sem amarras. *Carta Capital*, 17/01/2007). A revista também apontou que oferecer “facilidades de comércio e financiamento à Bolívia, ao Paraguai e ao Uruguai.” (Chávez sem amarras. *Carta Capital*, 17/01/2007) auxilia o Brasil a diminuir a influência daqueles dois países na região. Ademais, o periódico indicou que a atuação da Venezuela não causa tanta preocupação, tendo em vista que o país apresenta grande dependência dos produtos vindos do Brasil e “[...] as principais obras venezuelanas foram entregues a três grandes empreiteiras brasileiras [...]” (Chávez sem amarras. *Carta Capital*, 17/01/2007).

Com isso, podemos constatar que a *Carta Capital*, apesar de admitir as fragilidades institucionais e o a falta de comprometimento do Brasil com os órgãos regionais, apoia a estratégia brasileira de não utilizar as instituições regionais para resolver seus atritos, como vimos no caso do Paraguai e da Bolívia. Além disso, a revista compreende a postura do governo de Lula da Silva de priorizar instrumentos nacionais, como o BNDES, para suprir as demandas dos países vizinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as posturas apresentadas acima, podemos constatar que as duas revistas identificam um descolamento entre a política interna e externa conduzida pelo governo de Lula da Silva. Enquanto a primeira apresenta um caráter ortodoxo, principalmente, pela manutenção de uma política macroeconômica neoliberal; a segunda tem uma característica mais heterodoxa devido à busca por estabelecer uma política mais diversificada através do maior diálogo com os países em desenvolvimento. Apesar de construírem um quadro similar a este respeito, a *Veja* mostra preferir que esta política interna influa mais nas decisões da política externa. Assim, o núcleo das críticas da *Veja* à política externa se relaciona aos diplomatas brasileiros que são considerados os principais responsáveis pela falta de resposta da agenda exterior à política interna. Cabe dizer que os elogios da *Veja* acabam por ressaltar aspectos da política econômica. A *Carta Capital*, por sua vez, almeja que o direcionamento dado à agenda exterior encontre respaldo em uma nova política doméstica focada no desenvolvimento nacional. Deste modo, suas críticas se fundamentam nos limites impostos pelos condutores de uma política interna ortodoxa. Em grande medida, seu olhar para a política externa é positivo.

As duas revistas destacam elementos econômicos e comerciais da política externa. Porém divergem quanto os caminhos externos que devem ser seguidos para melhorar as condições destes elementos. Para a *Veja*, o Brasil deve manter uma estreita relação com os Estados Unidos tanto no âmbito econômico e comercial como também no político. Em vários momentos a revista cita o México como um exemplo a ser considerado pelos governantes brasileiros. Além disso, as relações Sul-Sul são identifi-

cadadas como um desvio no caminho a ser seguido e colocadas como uma busca pela confrontação com os países desenvolvidos. A *Carta Capital* vê as relações Sul-Sul como o melhor meio para o Brasil alcançar melhores condições econômicas e comerciais. Neste sentido, a revista procura apontar o caráter pragmático deste direcionamento, questões relacionadas a uma identidade comum e à solidariedade são marginalizadas. Este esforço evidencia a influência da esquerda nacionalista sobre este periódico que prioriza o desenvolvimento nacional. Ademais, a revista destaca que a intensificação das relações com países em desenvolvimento melhora o diálogo com os EUA e não significa a busca por rompimento.

Ambas apontam que o Brasil difere do restante da região. Mas, as justificativas e objetivos desta diferenciação são distintos. A *Veja* procura mostrar que o Brasil é diferente com o objetivo de aproxima-lo do perfil dos EUA e da Europa; para isso, ressalta a manutenção da estabilidade econômica e o respeito das regras de mercado ao longo do primeiro mandato de Lula da Silva. Já a *Carta Capital* busca indicar que a diferença é que política externa não é anti-americana. Este periódico justifica que, mesmo com alguns divergências no campo político, os países mantêm intenso diálogo em variadas áreas.

As duas revistas apresentam uma visão que não favorece o aprofundamento da integração regional. Esta posição da *Veja* é bem clara: os países da região atrapalham a inserção internacional do Brasil ainda mais no contexto de emergência de governos de esquerda. Questões em torno de assimetrias regionais e fragilidade institucional são marginalizadas pela revista. Por outro lado, a *Carta Capital* confere um razoável espaço às questões de integração regional, observa avanços, dificuldades e desafios em relação a uma coordenação maior na América do Sul. Porém, se baseando no pragmatismo citado acima, acaba por apoiar a manutenção do caráter estritamente intergovernamental da integração.

Esta posição sobre a região, abre espaço para lembrarmos que as duas revistas relativizam a capacidade de influência do Brasil no ambiente internacional. Para a *Veja*, o país não apresenta a mínima condição de impulsionar uma modificação ou reforma na ordem mundial. Cabe ao Brasil incorporar as regras internacionais vigentes e utiliza-las da melhor maneira possível. Para a *Carta Capital*, o país não apresenta condições de modificar a ordem vigente, mas pode auxiliar na indução de reformas das instituições

internacionais. Para isso, necessita se articular com grandes países em desenvolvimento e/ou emergentes. A postura da revista indica sua preferência pelo aumento do diálogo com este tipo de países em detrimento de uma coordenação maior com os países da região.

Ambas discutem a atuação do corpo diplomático brasileiro. A *Veja* desqualifica as ações dos diplomatas apontando que a política externa se tornou partidarizada no governo Lula da Silva. A revista, como apontado acima, procura vincular os considerados equívocos da política externa ao Itamaraty e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar disso, as intervenções de Lula da Silva nos assuntos externos, em sua grande maioria, recebem o apoio da *Veja*. O então presidente da República é preservado de críticas diretas à política externa. De uma certa maneira, a revista aponta as dissonâncias entre o presidente e os seus diplomatas e assessores especiais. Ao que parece, o periódico gostaria que Lula da Silva tivesse uma presença maior no cotidiano da política externa.

Já a *Carta Capital* entende que a partir do governo de Lula da Silva, o Ministério das Relações Exteriores passou a ter uma condução política dirigida pelo presidente da República que não era mais um mero “porta-voz do pensamento do Itamaraty” (Lula ofuscou o Itamaraty. *Carta Capital*, 29/01/2003). A revista defende os diplomatas afirmando que estes passaram a levar em consideração as diretrizes em torno de um projeto de desenvolvimento nacional nas negociações que participam sob a condução de Lula da Silva.

A razoável cobertura sobre a política externa brasileira das duas revistas é coerente com seus respectivos perfis editoriais. Normalmente, antes da *Veja* apresentar um olhar positivo sobre a agenda externa do país, esta revista busca verificar se há certa adequação ao seu projeto neoliberal. Assim, é interessante observar o olhar positivo e, em certo sentido, a busca por preservar Lula da Silva de críticas diretas na esfera externa. Afinal, em várias ocasiões o então presidente da República defendeu publicamente os rumos, tão criticados pela revista, da política externa de seu governo. Ademais, é importante frisar que ao tecer algum elogio à condução governamental, a *Veja*, na maioria das vezes, os vincula ao então presidente. Uma possível explicação para esta postura pode se relacionar com a popularidade de Lula da Silva tanto na arena interna como também na externa.

Neste sentido, o reconhecimento público do presidente dos EUA, George Bush, da importância do governo de Lula da Silva para a estabilidade regional deve exercer influência sobre esta posição da revista.

A *Carta Capital* também procura vincular suas opiniões sobre as ações da agenda externa do país ao seu perfil de uma esquerda difusa nacionalista. Observamos grande convergência na esfera externa, ao contrário da esfera interna, entre as posturas da revista e as ações do governo. Como a defesa do periódico do desenvolvimento nacional transcende fronteiras, desde que não prejudique os interesses do Brasil, a *Carta Capital* apresenta uma visão geral positiva sobre o avanço dos governos de esquerda com projetos nacionalistas que se instalaram na Venezuela, na Bolívia e no Paraguai. Devido a isso, um aspecto que merece atenção é o apoio que a revista confere à internacionalização das empresas brasileiras por meio do suporte do BNDES. Pois se, por um lado, este aspecto pode contribuir para o desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, da maneira como vem sendo realizada esta política brasileira, há uma forte tendência de ampliação das desigualdades sociais e da dependência dos vizinhos em relação ao Brasil, algo que a revista parece não levar em consideração.

Assim, por meio deste trabalho, observamos a riqueza de contrapor a visão destas duas revistas tanto para ampliar o conhecimento sobre como os assuntos que envolvem a agenda exterior do país são transmitidos para a população como também para melhorar a compreensão sobre a política externa brasileira. Por fim, uma agenda futura importante em torno destas duas revistas é averiguar se, após a crise econômica e financeira, em 2008, e a ratificação da importância das relações com os países em desenvolvimento, a *Veja* ajustou seu perfil crítico sobre as relações Sul-Sul e se a *Carta Capital* intensificou seu apoio a este direcionamento da política externa do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial*. Davos, Suíça, 26 de janeiro de 2003.
- CARVALHO, Maria Izabel V. Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 405-445, 2010.
- CASARÕES, Guilherme. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. *Austral*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.
- CATE, Fred H. CNN effect is not clear cut. *Humanitarian Affairs Review*, 2002. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/176/31233.html>>. Acesso em: 19 dez. 2013.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília, DF: Ed. UNB, 2011.
- CIA, Elia. *O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CRAIG, Geoffrey. *The media, politics and public life*. Maryborough: Allen & Unwin, 2004.
- CRUZ, Sebastião; STUART, Ana. Mudando de rumo: a política externa do governo Lula. In: CRUZ, Sebastião C. V. *O Brasil e o mundo: ensaios de análise política e prospectiva*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 71-86.
- FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. *Diálogos*, v. 15, p. 455-481, 2011.
- FREIXO, Adriano; RISTOFF, Taís. Desenvolvimento nacional e integração regional: o BNDES como instrumento de política externa no governo Lula da Silva (2003-2010). *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, ano III, n. 2, p. 24-31, 2012.
- FUSER, Igor. O mito da generosidade: contradições da política externa brasileira no contexto da nacionalização do gás natural boliviano. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., set. 2013, Londrina. *Anais...* Londrina: [s.n.], 2013.
- GILBOA, Eytan. The CNN effect: the search for communication theory of international relations. *Political Communication*, v. 22, n. 1, p. 27-44, 2005.

- HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina.; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*, p. 22-41, 2010. Volume especial.
- IGLÉCIAS, Wagner. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 75-97, 2007.
- JESUS, Diego. Mídia e política externa: democratização ou instrumentalização? A política externa brasileira segundo a Folha de S. Paulo (1998-2002). *Política Externa*, v. 18, n. 3, p. 189-204, 2009.
- LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005a.
- LIMA, Maria Regina. Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. 83, p. 16-20, 2005b.
- LIMA, Maria Regina. Tradição e inovação na política externa brasileira. *Plataforma Democrática*, n. 3, p. 1-22, 2010.
- LIMA, Thiago. *Desafios internacionais à política agrícola dos Estados Unidos: o contencioso do algodão e o CAFTA-DR*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Unesp, Unicamp, Puc-SP), São Paulo, 2008.
- LIVINGSTON, Steven. Clarifying the CNN Effect: an examination of media effects according to type military intervention. *Public Policy*, Research Paper R-8, p. 1-18, 1997.
- MALAMUD, Andrés. O presidencialismo na América do Sul: Argentina e Brasil em perspectiva comparada. *Análise Social*, v. XXXVIII, n. 168, p. 715-742, 2003.
- MARIANO, Marcelo. *A política externa brasileira, o Mercosul e o Itamaraty*. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- MELLO, Flávia. Política externa brasileira e os blocos internacionais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 37-43, 2002.
- MELLO, Flávia. O multilateralismo na política externa brasileira. *Carta Internacional*, v. 7, n. 2, p. 163-173, 2012.
- MILLER, Derek. The morality play. *Journalism Studies*, v. 1, n. 5, p. 718-733, 2010.

NARLIKAR, Amrita; TUSSIE, Diana. *Bargaining together in Cancún: developing countries and their evolving coalitions*. Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2003. (LATN Working Paper, n. 17).

NOVELLI, José. A questão da continuidade da política macroeconômica entre os governos Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-240, 2010.

ONUKI, Janina; OLIVEIRA Amâncio. Eleições, política externa e integração regional. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, p. 13-29, 2006.

PÁDUA, Adriana; MATHIAS, Suzeley. Observatório de política externa brasileira. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 152-172, 2010.

RAMANZINI JR, Haroldo. *Processo decisório de política externa e coalizões internacionais: as posições do Brasil na OMC*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTANA, Helton. Grupos de Interesse e a política externa brasileira para a Alca. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 167-196, 2001.

SARAIVA, Miriam; RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 52, n. 1, p. 149-166, 2009.

SILVA, Carla. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Niterói, Niterói, 2005.

THORSTENSEN, Vera. O Brasil diante de um tríplice desafio: negociações simultâneas da OMC, da Alca e do acordo CE/Mercosul. *Política Externa*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 92-112, 2001.

THUNE, Henrik. *Beyond the CNN effect. Towards a constitutive understanding of media power in international politics*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, University Press, 2009.

TUDE, João; MILANI, Carlos. A política externa brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 56, n. 1, p. 85-103, 2013.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo. Alca Light. *Política Externa*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 45-52, 2004.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo. A Alca e a política externa brasileira. *Caderno CEDEC*, São Paulo, v. 74, p. 1-40, 2005.